

A propósito da dolarização

economia - Brasil

MARCELLO AVERBUG*

Um número crescente de defensores da dolarização de economia emergentes vem se manifestando em foros internacionais. Embora não encontre no Brasil um campo propício de ressonância, é impossível ignorar que, se endossada por nossos vizinhos, essa proposta resultaria em significativo impacto sobre a economia brasileira. Portanto, convém examinar a idéia de adoção da moeda norte-americana como meio de pagamento, tendo como ponto de referência países com as características dos membros do Mercosul.

Entre as vantagens apontadas pelos adeptos da dolarização, as mais mencionadas são: A) evita ataques, às moedas nacionais, que provocam turbulências internas e fragilizam a capacidade dos governos de executar políticas públicas; B) promove a estabilidade da economia em geral, eliminando fatores perturbadores do crescimento sustentável; C) contribui para diminuir o "risco país", propiciando redução nas taxas de juros incidentes sobre financiamentos captados no exterior; D) ameniza a tendência a altas taxas internas de juros.

Mesmo sendo verdadeiras, essas vantagens não justificam uma decisão da magnitude da dolarização, pelo menos nos casos aqui usados como referência. Em primeiro lugar, porque implicaria reduzir drasticamente o espaço para implementar sua própria política econômica, o que seria indesculpável, pois os mencionados países dispõem de substância suficiente para prescindirem desse tipo de renúncia. Se, apesar dessa disponibilidade, as respectivas sociedades não logram formular políticas eficazes, provavelmente tampouco saberiam tirar proveito adequado das eventuais vantagens proporcionadas pela adesão ao dólar.

Em segundo lugar, nada garante que a dolarização atue como vacina contra a inflação. É possível ocorrer um processo interno de elevação de preços em dólar, independente de haver ou não inflação nos Estados Unidos. Embora uma das fontes de instabilidade monetária estivesse sendo eliminada, outros fatores podem conduzir a uma taxa de inflação doméstica su-

perior à registrada no plano internacional. Assim como o índice de preços de São Paulo e o de Aracaju evoluem de forma diferente, com muito mais razão o dos Estados Unidos e o de outro país que adote a moeda americana podem ter comportamentos totalmente disparos.

Um terceiro aspecto da questão repousa na crença de que a dolarização diminui a vulnerabilidade às crises internacionais. A esse respeito, já li argumentos ultracotivincentes tanto a favor como contra e, afinal, suspeito de que as teses sobre o tema necessitam de maior prazo de observação empírica. Outro aspecto relevante é o referente à disponibilidade de divisas para bancar o processo de mudança do padrão monetário. Só poderá aderir à moeda norte-americana o país capaz de mobilizar um volume de dólares correspondente à dimensão do meio circulante requerido pela economia nacional. Uma avaliação caso a caso das chances de satisfazer a esse requisito seria assunto para vários artigos.

Como consequência da lógica do Plano de Conversibilidade, implantado em 1991, a Argentina é o membro do Mercosul em relação ao qual o debate em torno da dolarização aparece com maior freqüência, sobretudo fora da terra do tango. E as emoções provocadas pelo drástico ajuste fiscal anunciado por Buenos Aires, em 29 de maio, provavelmente avivarão o debate. No entanto, economistas e empresários argentinos, de várias tendências ideológicas, demonstraram certo tédio ante a insistência de alguns analistas estrangeiros. É verdade que o tema foi lançado pelo próprio governo local, em 1995, quando o então ministro Cavallo, no auge da crise mexicana, alardeou que preferia dolarizar a Argentina a desvalorizar o peso, assumindo assim uma ousada estratégia para defender seu plano econômico.

Mas a conversibilidade resistiu galhardamente a esse e outros episódios traumatizantes, tais como a crise asiática e a desvalorização do real, gerando um grau de confiança interna na moeda que torna inócuas a proposta de dolarizar. Por outro lado, o presidente De la Rúa vem seguindo uma política de austeridade

fiscal com reflexos positivos sobre a credibilidade do peso, tornando mais inútil ainda o hábito de apontar o seu abandono como única forma de conquistar a estabilidade. Mesmo na hipótese de a situação se agravar a ponto de pressões irresistíveis induzirem mudanças radicais na política econômica, uma nação da magnitude e complexidade da Argentina possui massa crítica para buscar outro gênero de solução.

Ao colocar-se ao abrigo da moeda norte-americana, qualquer integrante do Mercosul estaria sujeito a um novo conjunto de inconvenientes, sobre os quais seu grau de ingerência seria mínimo. Por exemplo: se, em conexão com fatos inerentes à realidade dos Estados Unidos, o dólar se valorizasse no mercado internacional, a já combatida competitividade dos países em causa seria corroída, prejudicando sua inserção no comércio internacional e o esforço pelo desenvolvimento econômico.

Existe um outro caminho mais conveniente para estabelecer laços externos convergentes com a estabilidade: a moeda comum entre os participantes do Mercosul. Mesmo sendo um processo complicado e lento, tal união monetária constituiria o meio de atingir uma disciplina econômica mais enraizada e profícua. Embora sem a ilusão de alcançarmos esse estágio nos próximos anos, seria um erro desprezar os passos que possam ser dados nesse sentido.

Um bom exemplo é a Declaração de Buenos Aires, assinada em 28 de abril pelo Brasil e a Argentina, na qual se definem compromissos em matéria econômica e comercial que conduzem a uma harmonização de políticas e procedimentos compatível com o ainda remoto projeto de moeda comum. Se os países do Cone Sul aplicarem suas energias no fortalecimento da integração, haverá um natural esvaziamento das propostas de caráter emergencial, tais como a da dolarização, e a superação das dificuldades internas se fundamentará cada vez mais na mobilização de nosso próprio potencial de executar políticas públicas.